Transformação
do Estado



Plano mais Brasil

Caminho da Prosperidade

Ajuste fiscal

- Despesas e receitas equilibradas
- Menos dívida
- Teto, previdência, descentralização de recursos
- Privatização e liberação de fundos



Mais **dinheiro** para **investimento**

Crescimento sustentável

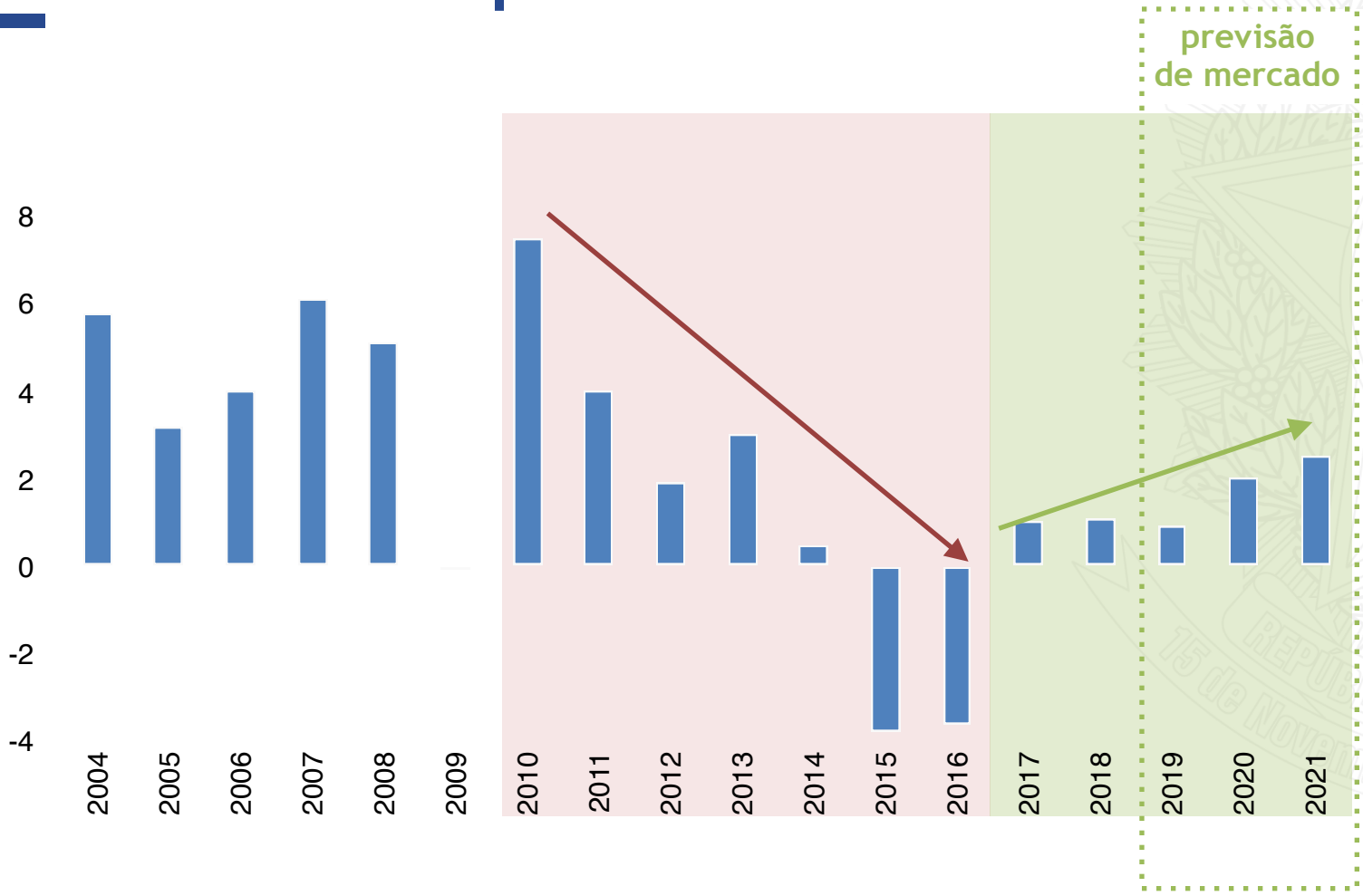
- Ambiente de negócios
- Segurança jurídica
- - Juros + crédito
- Abertura comercial

Mais emprego



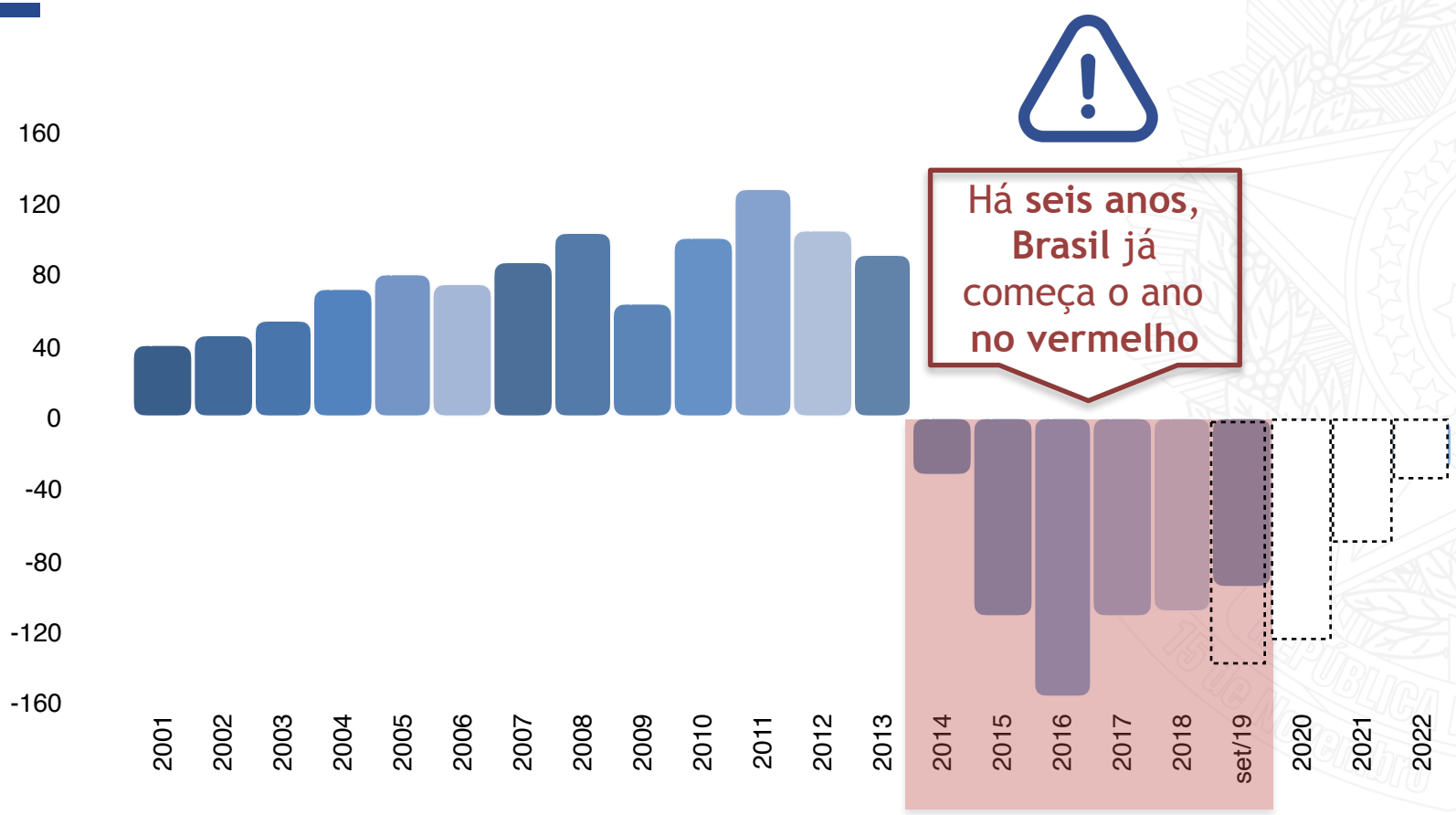
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Descontrole de contas comprometeu o crescimento do país



Fonte: IBGE e Focus (BC)

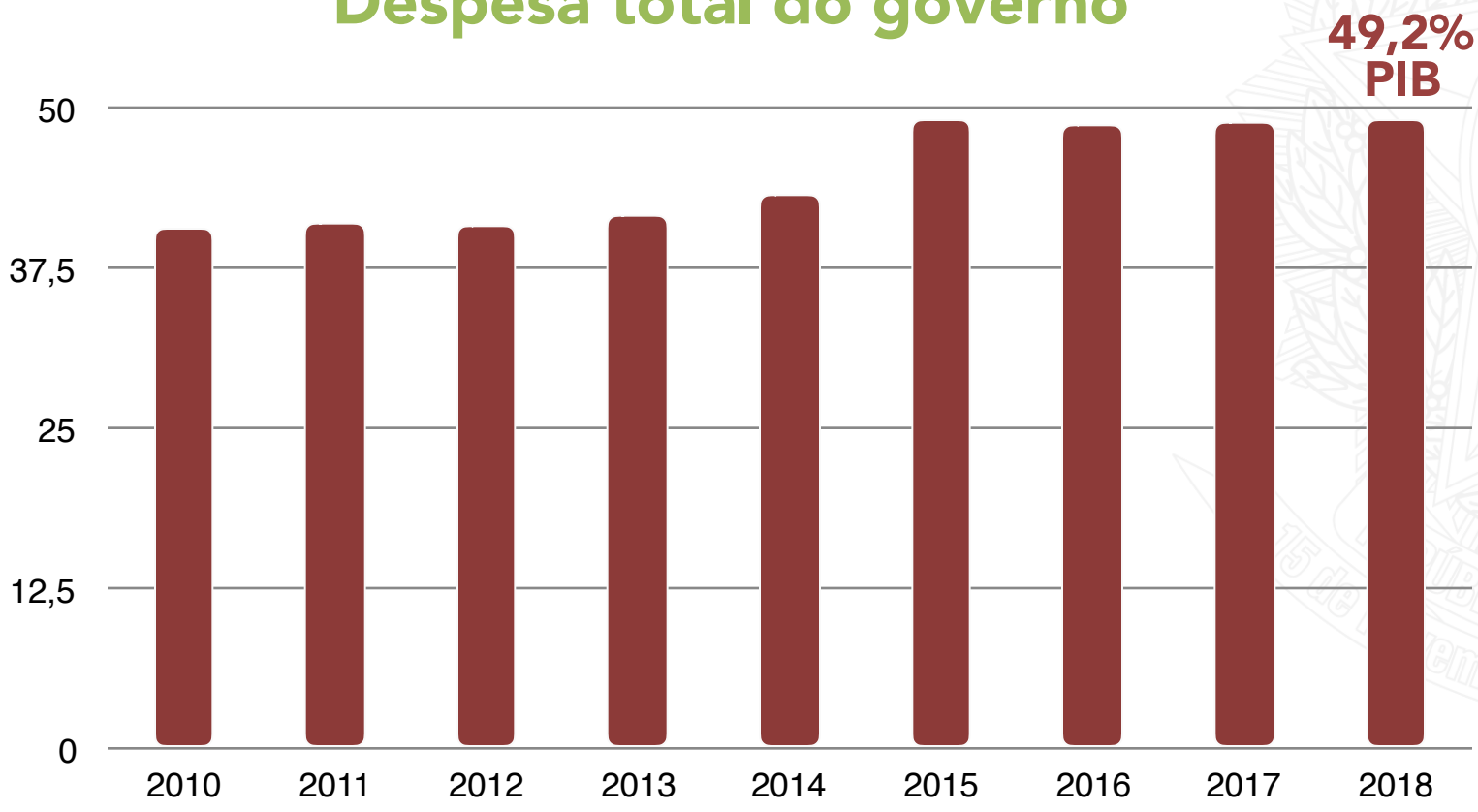
Governo gasta mais do que arrecada



Fonte: BC

Máquina que gasta muito

Despesa total do governo

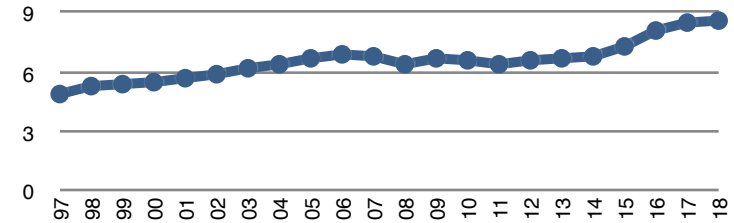


Fonte: STN
Setor público consolidado

Solução para os piores problemas

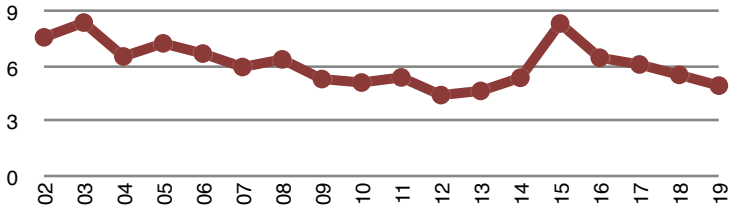
(%PIB)

Previdência



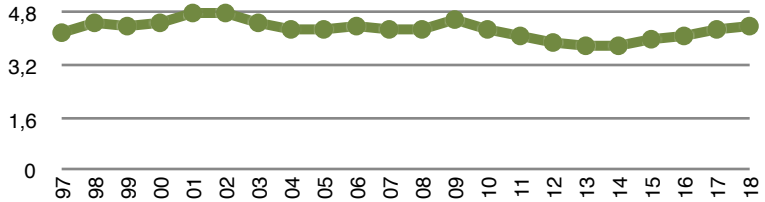
Nova Previdência

Juros*



Privatizações

Pessoal



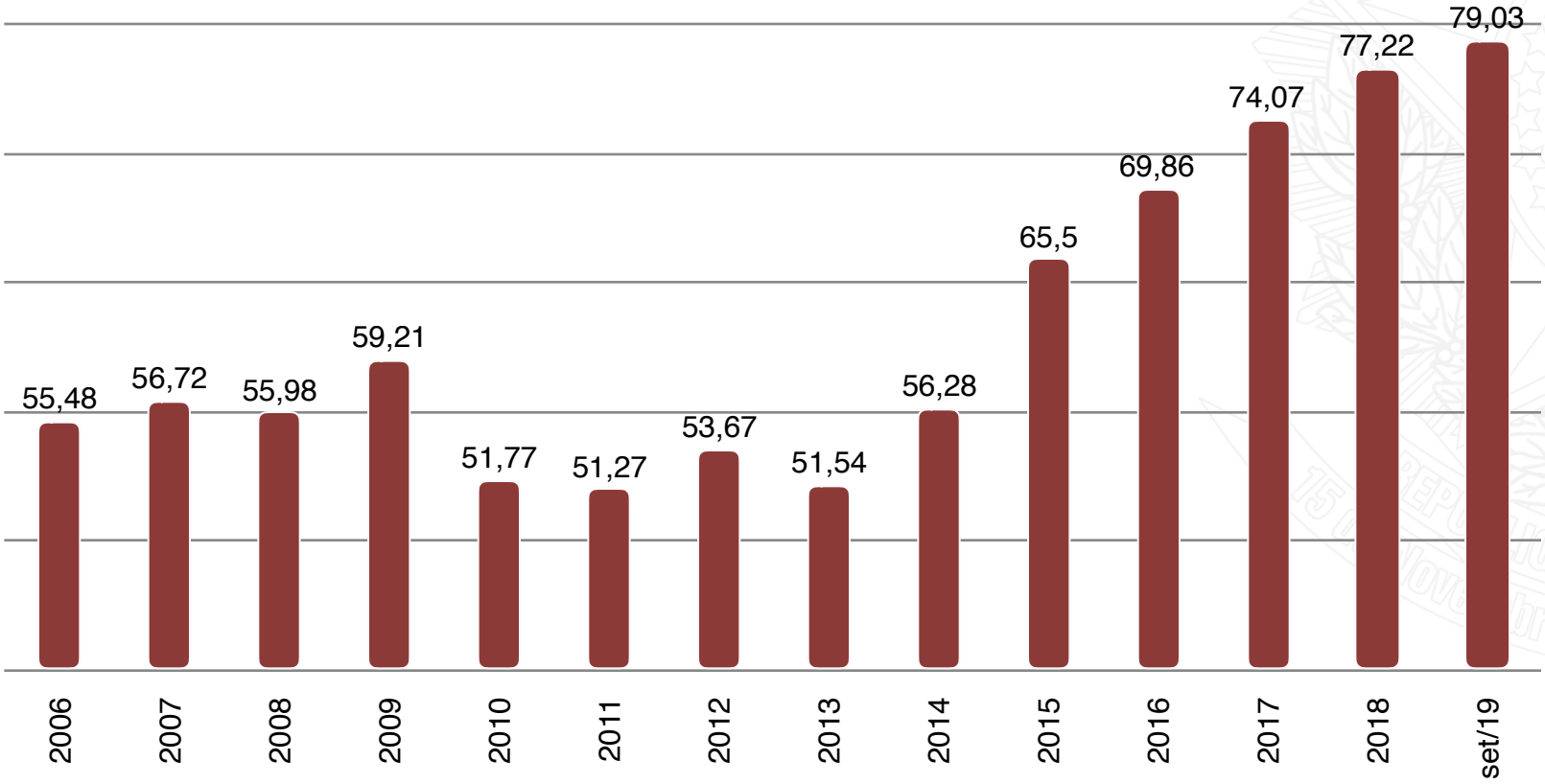
Nova Administração Pública

*Setor Publico Consolidado

Dívida pública explodiu nos últimos anos

(%PIB)

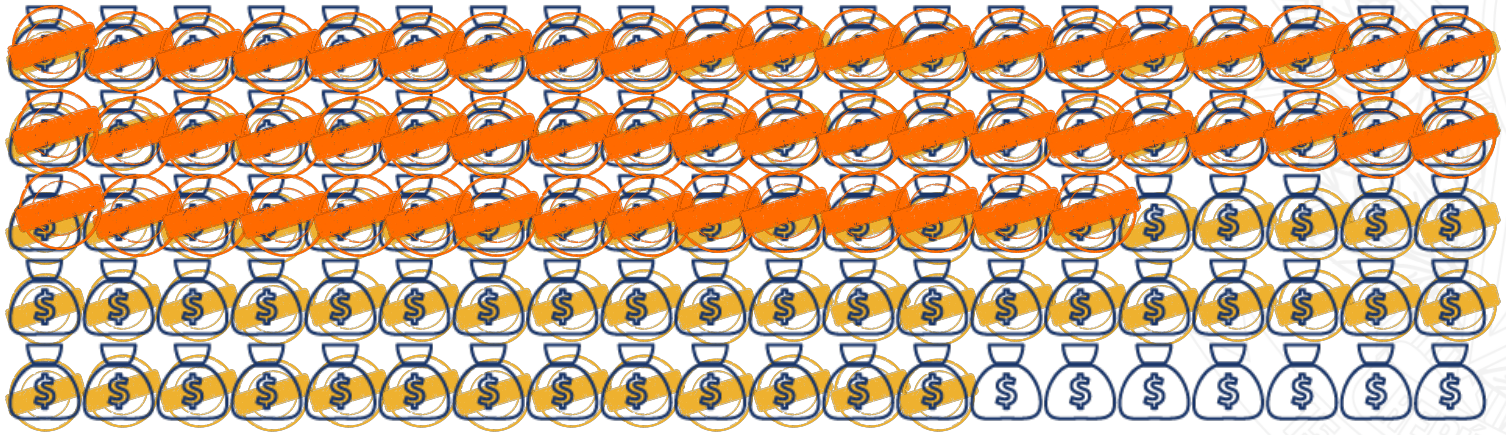
R$ 5,6 trilhões



Fonte: BCB

Cenário atual

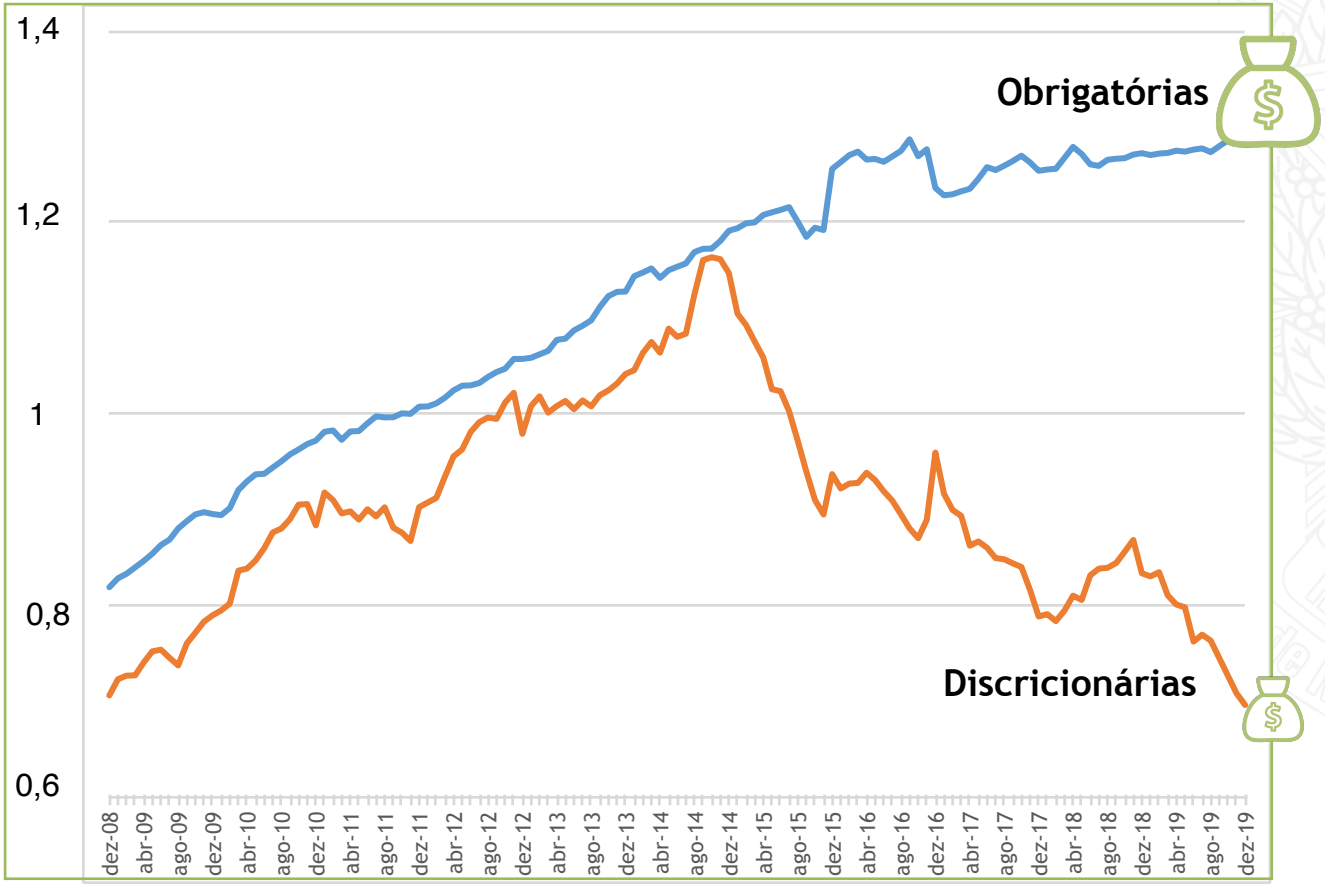
De cada **R$100** do Orçamento da União:



R$ 93
engessados em despesas obrigatórias

R$ 65 para folha de pagamento

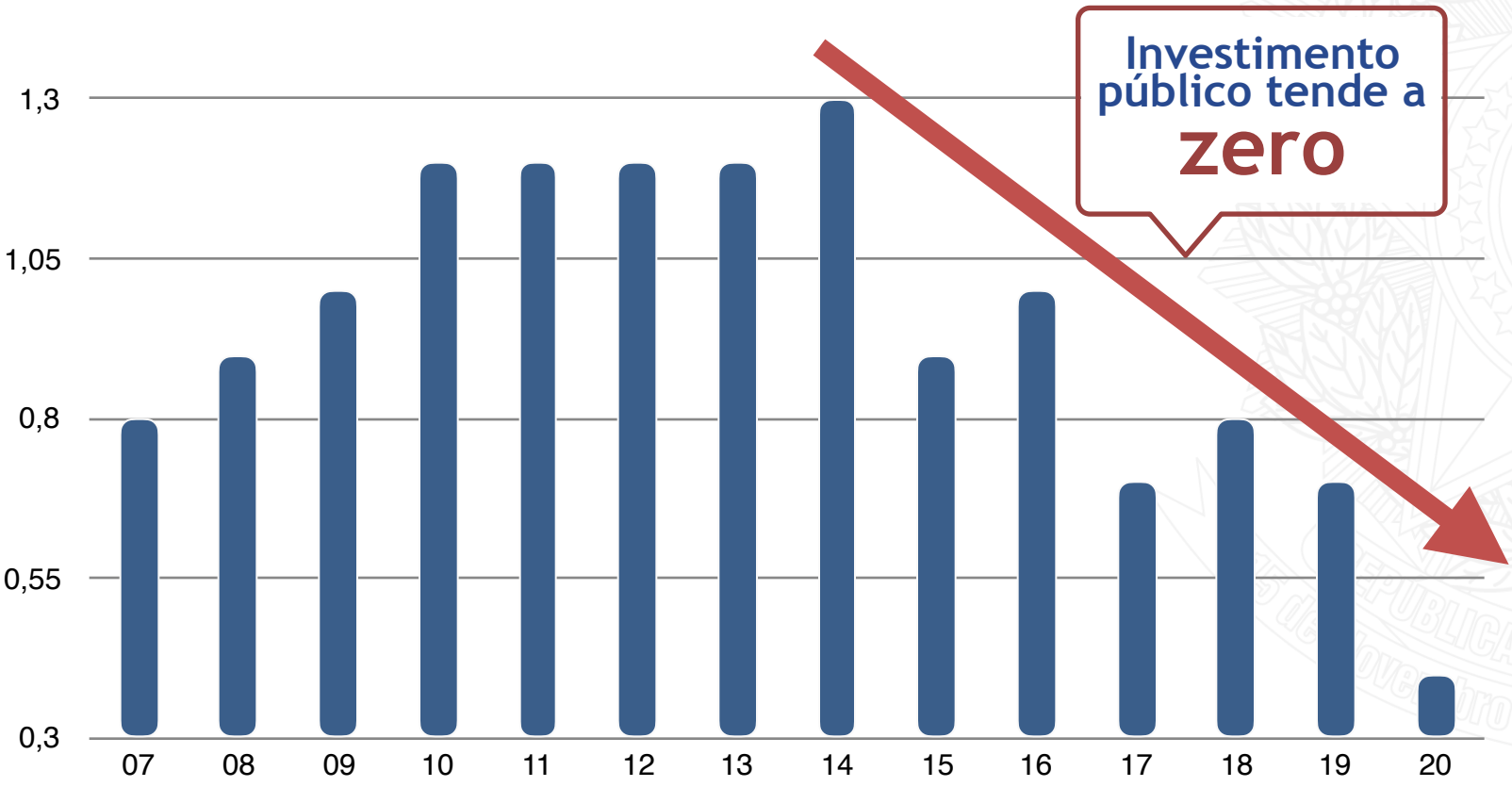
Orçamento cada vez mais engessado



R$ trilhão
Fonte: Tesouro

Se nada for feito...

(%PIB)



Fonte: STN

Crise também nos Estados



Estados já em emergência

*Estados que têm despesa de pessoal maior do que 60% da receita corrente líquida

Fonte: STN

A Transformação do Estado
Capítulos

- 1: O Novo Marco Institucional da Ordem Fiscal e o Conselho Fiscal da República
- 2: Estado de Emergência
- 3: Plano de Fortalecimento dos Estados (Plano Mansueto)
- 4: Desvinculação de Fundos Públicos
- 5: Fortalecimento da Federação
- 6: Nova Administração Pública
- 7: Reforma Tributária
- 8: Privatizações

Plano mais
Brasil

A Transformação do Estado



PEC
Pacto Federativo

Plano Mais Brasil
Índice

- Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal
- Autonomia com Responsabilidade
- 3 Ds
- Fortalecimento da Federação
- Contas Públicas Sustentáveis - Novas Regras
- Segurança Jurídica
- Estado de Emergência Fiscal

Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal

CONSELHO FISCAL DA REPÚBLICA

Representantes do governo federal, os presidentes da República, Câmara, Senado, STF, TCU, governadores e prefeitos avaliam a **sustentabilidade** financeira da Federação e garantem fundamentos sólidos.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA DO TCU

Uniformizar a interpretação de conceitos orçamentário-financeiros para **evitar divergências entre tribunais de contas de estados e municípios.**

ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO

Programas e obras ganham previsão no orçamento para que os fluxos de recursos não sejam interrompidos. O PPA será extinto.

COMPROMISSO ENTRE GERAÇÕES

É direito das futuras gerações não herdar dívidas que não tenham sido feitas para investimentos.

Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal

REALISMO ORÇAMENTÁRIO

Leis e decisões judiciais que criam despesas só terão eficácia quando houver previsão no orçamento.

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS JUSTOS

Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB. Enquanto estiver acima desse teto, não pode haver concessão, ampliação ou renovação de benefício tributário.

Autonomia com Responsabilidade

DISTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA

Transferência de royalties e participações especiais a todos estados e municípios

A UNIÃO NÃO SERÁ MAIS FIADORA

Ao fortalecer as finanças regionais com repasses e com Plano de Equilíbrio Fiscal, União só dará, a partir de 2026, garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.

CADA UM ASSUME SUA CONTA

Fica proibida operação de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por meio de fundo, autarquia, fundação ou estatal.

QUEM FEZ A DÍVIDA, ARCA COM ELA

Com mais recursos para o reequilíbrio de estados e municípios, a **União fica proibida de socorrer entes em dificuldades fiscal-financeiras** a partir de 2026.

Os 3Ds - Desobrigar, Desindexar e Desvincular

AUTONOMIA DOS ESTADOS

Ao fortalecer estados e DF, a União não precisará mais dar crédito para que os entes paguem precatórios.

MENOS BANCO, MAIS DESENVOLVIMENTO

A parcela do FAT destinada ao BNDES será de 14%.

INDEPENDÊNCIA DO GESTOR

Estados e municípios passam a receber toda a arrecadação do salário-educação e a **definir o uso dos recursos.**

LIBERDADE DENTRO DAS PRIORIDADES

Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente esses limites, ou seja, poderá compensar um gasto de uma área na outra.

Os 3Ds - Desobrigar, Desindexar e Desvincular



SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Despesas obrigatórias serão desindexadas em casos de emergência fiscal. Estão **garantidos** os reajustes dos **benefícios previdenciários** e do **BPC** pela **inflação.**

Os 3Ds - Desobrigar, Desindexar e Desvincular

INDEPENDÊNCIA TOTAL

Receita pública não será vinculada a órgão, fundo ou despesa.



Exceções:

- Taxas;
- Doações;
- FPM;
- FPE;
- Vinculação Constitucional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Fortalecimento da Federação

UNIDOS GASTAMOS MENOS E MELHOR

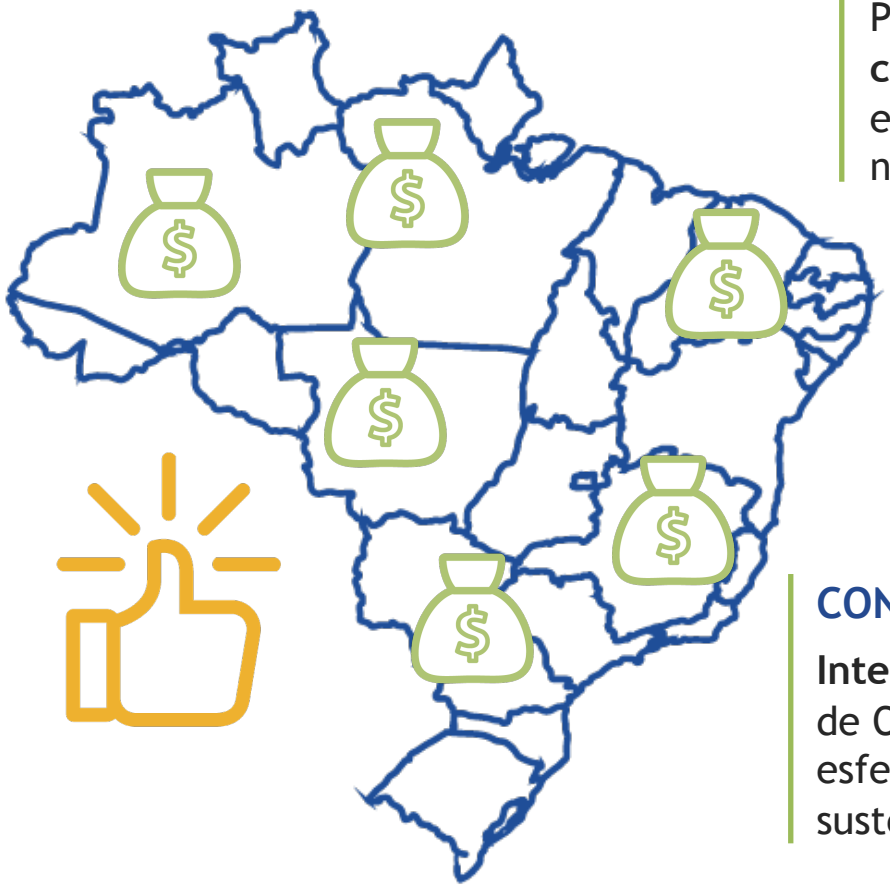
Município com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total será incorporado pelo município vizinho.



MENOS É MAIS

Nova restrição na criação de municípios.

Contas Públicas Sustentáveis
Novas Regras



O RECURSO É DE TODOS

PEC melhora a gestão fiscal e permite o **contingenciamento para todos os poderes** estaduais e municipais, como já ocorre em nível federal.

CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Integração das regras fiscais (LRF, Regra de Ouro e Teto de Gastos), em todas as esferas de governo, para garantir a sustentabilidade da dívida pública.

Segurança Jurídica



FIM DO IMPASSE DA LEI KANDIR

Com o repasse de royalties e participação especial do petróleo, União e estados encerrarão a disputa judicial sobre a Lei Kandir.



FIM DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA

Fica proibido o uso de **fundos de pensão e depósitos judiciais de ações entre particulares** para despesas do ente federativo.

Estado de Emergência Fiscal

União:
Quando o Congresso Nacional autorizar o desenquadramento da Regra de Ouro

Estados:
Quando a despesa corrente **ultrapassar 95%** da receita corrente

Um ano de ajuste

Mecanismos automáticos serão acionados

Estado de Emergência Fiscal
Mecanismos automáticos



CONTROLE DAS CONTAS

Em emergência, União, estados e municípios não podem promover funcionários (com exceção de serviço exterior, judiciário, membros do MP, policiais, militares e que não implique em atribuição de função).



CONTROLE DAS CONTAS 2

Também ficam impedidos de dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreiras, fazer concurso ou criar verbas indenizatórias.



FREIO DE ARRUMAÇÃO

Suspende a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários.



CONTROLE DE GASTO COM PESSOAL

Permite redução de até 25% da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos do servidor.

Plano mais
Brasil

A Transformação do Estado



PEC
Emergencial

PEC Emergencial

A **PEC** está estruturada em **2 blocos**



Medidas Permanentes

dão instrumentos a **estados e municípios** para ajustar as contas públicas.



Medidas Temporárias

criam condições especiais por 2 anos para **União, estados e municípios** recuperarem a saúde financeira.

Mecanismos automáticos de ajuste

PEC do Pacto Federativo	PEC Emergencial
São acionados para a União só após o Congresso autorizar desenquadramento da Regra de Ouro	Quando as operações de crédito superarem as despesas de capital em 1 ano
Medidas automáticas por 1 ano, renováveis até o equilíbrio das contas públicas	Medidas automáticas por 2 anos
Para estados e municípios, mecanismos são acionados sempre que despesa corrente exceder 95% da receita corrente (1 ano)*	
Não pode promover funcionário (com exceções), dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, fazer concurso e criar verbas indenizatórias	
Suspende criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários	
Permite redução de 25% da jornada do servidor com adequação dos vencimentos	
Montante economizado terá toda sua alocação definida no orçamento	25% da economia vão para projetos de infraestrutura
Suspende repasse dos recursos do FAT ao BNDES	

Medidas Permanentes

PEC do Pacto Federativo	PEC emergencial
Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente.	_
Possibilidade de adequação à Regra de Ouro poderá estar no orçamento	
Inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal.	
Lei Complementar definirá indicadores, níveis sustentáveis de endividamento e a trajetória de convergência da dívida.	
Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB.	
Destinação do excesso de arrecadação e do superávit financeiro à amortização da dívida pública.	

Plano mais
Brasil

A Transformação do Estado



PEC
dos Fundos Públicos

Situação dos Fundos Públicos

Há quase
R$ 220 bilhões parados em fundos enquanto o país está no vermelho





Existem
281 Fundos públicos
no Brasil

Alguns dos Fundos Públicos



Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento

Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC

Problemas atuais

Congresso não tem poder de decidir
como usar o dinheiro dos fundos



- **Não permite uso** em áreas em que a sociedade precisa;
- Atrapalha a gestão da dívida;
- Tira **flexibilidade dos orçamentos;**
- **Há dinheiro perdido** também em fundos de estados e municípios.

PEC dos Fundos Públicos
menos juros para a sociedade



Brasil gastou **R$ 379 bilhões** em juros em 2018.



Essa conta já chegou a **R$ 540 bilhões** em 12 meses (jan/16).



Dinheiro parado nos fundos podem abater juros e diminuir o esforço da sociedade para controlar a dívida.

PEC dos Fundos Públicos

Dinheiro já parado nos fundos será usado (da única maneira possível): para **pagamento da dívida pública.**



Dívida menor

Novos recursos: serão aplicados prioritariamente nos programas de Erradicação da Pobreza e de Reconstrução Nacional.



+ Social

Extinção de fundos: A maior será extinta no fim do segundo ano subsequente à aprovação da PEC.



+ Investimento

Exigência de **lei complementar** para a criação de fundos públicos.



Menos complicação

Plano mais
Brasil

A **Transformação** do Estado



Impacto
das três propostas

Mais investimento
Menos dívida



R$ 400 bi
da União para
estados e municípios (15 anos)



até R$50 bi
para investimentos em 10 anos apenas na PEC Emergencial



R$220 bi
parados em fundos para **abater juros da dívida pública**

Pavimentar o caminho para o crescimento sustentável



Brasil vai virar a página do problema fiscal e pode **voltar a receber o *"investment grade"***, *o chamado grau de investimento*.



Expectativa de fortes fluxos de investimentos externos no setor produtivo e retomada do crescimento econômico e queda do desemprego.

Transformação
do Estado



Obrigado